

ESTADOS DE FACTO E CONFLITOS ÉTNICOS

SUMÁRIO:

Editorial
Hannes Artens 1

Teoria da P@X
Desconstruindo Mitos sobre o Papel dos Estados *de facto* em Conflitos etnicizados
Hannes Artens 2-4

Recensão
Unrecognised States
Hannes Artens e Nina Caspersen 5-8

Estudos da P@x
Afinidades étnicas e Estados *de facto*: o caso dos Arménios do Nagorno-Karabak
Licinia Simão 9-11

A política num Estado não reconhecido: O caso da Abcásia
Donnacha Ó Beacháin e Karolina Ó Beacháin
Stefańczak 12-14

A Região Curda do Iraque: conflito étnico e a sobrevivência do republicanismo dinástico num Estado *de facto*
Francis Owtram 15-17

Eelam desmembrado: TMVP e o declínio da terra pátria Tamil no Sri Lanka
Ariel Sánchez Meertens 18-19

A “violabilidade” das fronteiras internacionais: ameaça ou oportunidade para a paz nos Balcãs?
Pascoal Pereira 20-22

A nação em colapso enquanto se constrói um Estado *de facto*: a globalização da formação do Estado palestino
Victoria Araj 23-25

Revisitar o Biafra: Reconhecimento do Estado, Resolução de Conflitos e Apropriação da violência na Nigéria do Pós Guerra Civil
Tarila Ebiede 26-28

Sotão da P@x 29-31

P@X
Coordenação Linha de Estudos para a Paz/CES:
José Manuel Pureza

Número temático organizado por:
Hannes Artens

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia Santos

Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP)
Centro de Estudos Sociais
Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra - Portugal
Tel: + 351 239 855593
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nhumep/pages/pt/apres-entacao.php>
paxinfo@ces.uc.pt

Editorial

Os anos 90 e 2000 testemunharam um recrudescimento da emergência de Estados *de facto* no Cáucaso, Balcãs Ocidentais, passando pelo Médio Oriente e Corno de África. Estas entidades políticas peculiares, apesar de muito diferentes em termos de composição socioeconómica – de que são exemplo Taiwan, especializada em tecnologia de ponta, e a Somaliland, um território nómada-pastoralista – partilham entre si a ausência de reconhecimento externo como critério definidor. Apesar de controlarem a maior parte do território, segundo os mesmos, terem lutado com o “Estado pai” do qual pretendem a secessão, e terem em funcionamento, com níveis diferenciados, um sistema político democraticamente legitimado, um aparelho administrativo e serviços públicos, a sua soberania tem sido recusada pela comunidade internacional. Estas entidades são muitas vezes produto de conflitos etnonacionalistas, durante os quais, de acordo com a narrativa normativa, as políticas de divisão étnica minaram e, em última análise, viciaram a coexistência pacífica no Estado multinacional. Consequentemente estes Estados são geralmente vistos como anomalias ou mesmo párias no sistema internacional, não só porque são considerados ilegítimos, mas também porque são frequentemente objeto de ostracização. Um olhar mais atento sobre o papel dos Estados *de facto* nos conflitos étnicos revela que tais perspectivas normativas, bem como a rigidez do regime internacional de reconhecimento não são válidos nem do ponto de vista teórico nem empírico. Estes Estados não são produto do “etno-anarquismo” (Tamás, 1996), que apenas destrói sem

criar nada de novo, nem, quando tal é oportuno estrategicamente, são impedidos de contactar com a comunidade internacional – de fato, em alguns casos os conflitos étnicos são criações da própria comunidade internacional. Na verdade, a realidade sugere que alguns dos Estados *de facto* estão satisfeitos com o seu estatuto atual e dão-se consideravelmente bem com a temporalidade do não reconhecimento. Em última análise, a proliferação de Estados *de facto* pode levar-nos a questionar se a própria soberania não é apenas uma construção sociopolítica (Biersteker e Weber, 1996). Estas deliberações teóricas sobre o papel dos Estados *de facto* nos conflitos étnicos é desenvolvido na secção da Teoria da P@x deste número. Para a parte da recensão, o livro *Unrecognised States*, de N. Caspersen foi a escolha ideal. Nina é uma das maiores especialistas sobre Estados *de facto* na Europa e foi um prazer contar com a sua colaboração para o formato interativo de recensão que escolhemos. A secção dos Estudos da P@x inclui um conjunto vasto de contribuições, que reflete a atualidade deste tema, começando com o artigo de L. Simão que discute a chamada “dimensão intra-grupo” dos conflitos étnicos através da análise das relações triangulares e ambíguas entre o Estado *de facto*, o Estado pai, e a diáspora no caso de Nagorno-Karabakh via Arménia e diáspora arménia. Este enfoque nas dinâmicas internas do Estado *de facto* é desenvolvido por D. Ó Beacháin e K. Stefańczak, que examinam o processo de democratização na Abcásia. A sua análise revela que as relações entre o Estado *de facto* e o Estado protetor – neste caso a Abcásia e a

Rússia – não são tão simples como parece sugerir a literatura tradicional. F. Owtram adota uma abordagem construtivista na análise das elites no poder na região Kurda do Iraque, que classifica como “republicanismo dinástico”, uma vez que procuraram travar as exigências de reforma trazidas pela Primavera Árabe jogando a carta étnica. O enfoque nas dinâmicas internas dos Estados *de facto* é concluído por A. Meertens, que explora o declínio de Tamil Eelam em resultado do faccionismo interno. A ideia de que os Estados *de facto* são tidos como párias no sistema internacional e são objeto de oposição por parte da comunidade internacional é contrariada pelo caso do Kosovo, discutido por P. Pereira, e pela crítica pós-colonial do Fayyadismo nos territórios palestinos, de V. Araj. Em ambos os casos, a comunidade internacional desempenhou o papel de parteira na criação do Estado *de facto*; no último caso, em detrimento do próprio povo palestino. Por fim, T. Ebiede, apelando ao estudo da soberania enquanto processo e não enquanto fator, recorda-nos o legado do Biafra e, em particular a sua repressão brutal, e as suas implicações atuais na coesão da Nigéria.

Hannes Artens

Bolseiro doutoral Marie Curie,
Centro de Estudos Sociais/UC.
Professor Assistente,
Universidade de Exeter

Referências:

Biersteker, T. and C. Weber, eds. (1996), *State Sovereignty as Social Construct*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tamás, G. (1996), “Ethnarchy and Ethno-Anarchism”, *Social Research* 63 (1): pp. 147-90.

Teoria da P@X

DESCONSTRUINDO MITOS SOBRE O PAPEL DOS ESTADOS DE FACTO EM CONFLITOS ETNICIZADOS

Muitos Estados *de facto* históricos e contemporâneos são produto de conflitos etnicizados [1]. A maior parte dos analistas argumenta que estes constituem um momento transitório no *Staatswerdungsprozess* (processo de formação do Estado) em que um movimento secessionista é retirado do controlo do “Estado de origem” de grande parte do território que reivindica. Aí o movimento exerce soberania em todos os critérios de estatalidade exceto um, tal como definido na Convenção de Montevideo: “a capacidade de se relacionar com outros Estados”, isto é, ser reconhecido pela comunidade internacional de Estados com igual. E como a história dos Estados *de facto* confirma, o reconhecimento continua a ser uma exceção. Porque são o produto de um sistema internacional que permanece rígida e normativamente construído e definido, em teoria e na prática, para manter o *status quo* (Cox, 1981), ou seja, promover os interesses dos Estados e manter a exclusividade neoimperial de pertença à comunidade internacional [2], tornando-os aberrações inerentes ao sistema forçadas a existir temporariamente numa “terra de ninguém” jurídica de não reconhecimento até aceitarem perseguir a sua luta pela autodeterminação dentro dos canais existentes e tolerados pela comunidade internacional. Como tais aberrações, os Estados *de facto* são coletivamente deslegitimados, vilipendiados e tratados com hostilidade. São recorrentemente considerados “feudos étnicos de senhores da guerra”, “territórios anárquicos” (cf. Caspersen, 2012), Estados fora da lei e párias do sistema internacional resultantes de “etno-anarquismo” que apenas “destrói Estados (...) e falha em substituí-los com qualquer coisa” (Tamás, 1996: 172, 181). Tal leva muitos analistas a concluir que “o Estado *de facto* é ilegítimo independentemente de quão eficaz seja” (Pegg, 1998: 1) e a associá-los conceptualmente a “Estados falhados” (Kolstø, 2006).

Ainda assim, é precisamente essa eficácia, o facto de a sua soberania interna funcionar que os separa dos chamados “Estados falhados”. Nina Caspersen (2012) – e nesta edição do P@x também Donnacha Ó Beacháin – demonstraram convincentemente que alguns Estados *de facto* excedem muitos Estados reconhecidos em termos de legitimidade democrática, boa governação e eficácia dos serviços públicos. Além disso, os críticos ignoram convenientemente que a própria

comunidade internacional tem estimulado a criação de Estados *de facto* como “soluções” para conflitos etnicizados aparentemente irresolúveis, subsumidos sob a doutrina de “partição étnica” da qual Chaim Kaufman (1996, 1998) é um dos principais proponentes. No Kosovo, Pascoal Pereira lembra-nos que a comunidade internacional promoveu ativamente o estabelecimento de um Estado *de facto* com base no princípio de “*standards* antes de estatuto” [3]. Pode ser argumentado que o mesmo princípio se aplica à Autoridade Palestiniana com o Fayyadismo – discutido aqui por Victoria Araj - onde a comunidade internacional procura enquadrar a acomodação do regime de Apartheid de Israel com os compromissos assumidos com o povo Palestino em Oslo. Em Fevereiro deste ano, na Conferência de Londres para a Somália, o Reino Unido e os Estados Unidos da América consideraram os Estados *de facto* como “soluções” viáveis para os conflitos internos da Somália. E quando é estratégica ou economicamente oportuno, a comunidade internacional tem demonstrado ser extremamente criativa em encontrar formas não oficiais de se envolver com estas entidades em relações bilaterais, tal como testemunhado pelas dezenas de representações económicas e culturais oficiais de Taiwan ou do Governo Regional do Curdistão por todo o mundo. Estes exemplos não só expõem a arbitrariedade e o viés neoimperialista dominante no regime internacional de reconhecimentos, como também ilustram que, quando alinhada com os interesses geoestratégicos das grandes potências, a comunidade internacional reconhece as dificuldades de complacência incondicional com os seus princípios constitutivos e atua pouco de acordo com as exigências que defendem estabelecimento de um Estado *de facto* com base no princípio de “*standards* antes de estatuto”[3]. Pode ser argumentado que o mesmo princípio se aplica à Autoridade Palestiniana com o Fayyadismo – discutido aqui por Victoria Araj - onde a comunidade internacional procura enquadrar a acomodação do regime de Apartheid de Israel com os compromissos assumidos com o povo Palestino em Oslo. Em Fevereiro deste ano, na Conferência de Londres para a Somália, o Reino Unido e os Estados Unidos da América consideraram os Estados *de facto* como “soluções” viáveis para os conflitos internos da Somália.

Teoria da P@X

E quando é estratégica ou economicamente oportuno, a comunidade internacional tem demonstrado ser extremamente criativa em encontrar formas não oficiais de se envolver com estas entidades em relações bilaterais, tal como testemunhado pelas dezenas de representações económicas e culturais oficiais de Taiwan ou do Governo Regional do Curdistão por todo o mundo. Estes exemplos não só expõem a arbitrariedade e o viés neoimperialista dominante no regime internacional de reconhecimentos, como também ilustram que, quando alinhada com os interesses geoestratégicos das grandes potências, a comunidade internacional reconhece as dificuldades de complacência incondicional com os seus princípios constitutivos e atua pouco de acordo com as exigências que defendem.

Outros dos mitos sobre Estados *de facto* é a sua má reputação enquanto etnonacionalistas que causam problemas, ora como fantoches de “Estados protetores” revanchistas ou como parentes dos Estados de insurgências etnonacionalistas em Estados vizinhos. Este mito pode associar-se ao que Roger Brubaker (2004) chama de “grupismo” (*groupism*, em inglês), isto é, a presunção de ver grupos étnicos como unidades orgânicas, estáticas, substantivas, distintas, homogêneas e limitadas e de admitir o poder explicativo étnico. A lógica do grupismo dita que membros do que se presume ser o mesmo grupo étnico, mesmo que separados por fronteiras internacionais, colaborarão baseados em afinidades partilhadas e que estes laços de afinidade se irão sobrepor a quaisquer outras lealdades. Consequentemente, os Estados *de facto* submeter-se-ão à supremacia dos “Estados protetores” não apenas por cálculos estratégicos mas acima de tudo por se tratar do seu Estado de afinidade mais próxima; do mesmo modo, com base em solidariedade de grupo, um Estado *de facto* poderá adotar o papel de “Estado de afinidade” para uma insurgência operando nas suas proximidades. Ambas as visões são simplificações grosseiras baseadas num entendimento essencialista e primordialista da etnicidade, que falha em ter em consideração que as elites etnonacionalistas propagam o mito da

coesão étnica e da solidariedade de grupo para reforçar a sua liderança – o que Gayatri Spivak (1987) apelidou de “essencialismo estratégico”. Por outras palavras, a etnicidade tornou-se um instrumento político e não a causa das relações ou fricções dentro de ou entre supostos grupos étnicos. Que as relações entre um Estado *de facto* e o seu “Estado protetor” supostamente da mesma afinidade não são assim tão lineares é algo que está também ilustrado por Licínia Simão nesta edição do P@x com a análise das relações entre Nagorno-Karabakh e a Arménia; no meu próprio trabalho (Artens, no prelo), examinam-se as relações complexas entre a insurgência do PKK e a Região do Curdistão do Iraque. De facto, argumento que o estabelecimento da Região do Curdistão contribuiu significativamente para uma diminuição das tensões regionais, na medida em que garante aos atores regionais um interlocutor que, para alguns, poderá ser responsabilizado nos fóruns internacionais. Um argumento semelhante, com algumas adaptações, pode ser feito no caso do KLA e o Kosovo e leva-nos de volta à questão do porquê da comunidade internacional ocasionalmente promover Estados *de facto* como “soluções” para conflitos etnicizados.

Tendo tudo isto em conta, talvez queiramos refletir sobre se a atual proliferação de Estados *de facto* não nos forçará a repensar o nosso entendimento linear sobre *Staatswerdung*, se o Estado soberano é necessariamente o resultado esperado nas lutas pela autodeterminação ou se estas entidades políticas peculiares – Estados existentes mas não reconhecidos como independentes - não demonstram que as sociedades podem existir, persistir e até prosperar, como mostra o caso do Taiwan, sem soberania externa. Podemos, pois, ponderar se estes não terão encontrado uma “terceira via” viável de subsistência – temporária ou permanentemente - sem reconhecimento formal num sistema internacional hostil.

Hannes Artens

johannesartens@ces.uc.pt

ja280@exeter.ac.uk

Teoria da P@x

Bolseiro doutoral Marie Curie, Centro de Estudos Sociais, Universidade Coimbra. Doutorando e Professor Assistente, Universidade de Exeter.

Notas:

[1] A identidade é entendida, neste artigo como uma construção sociopolítica 'performativamente promulgada' (Butler, 1999) e os conflitos identitários são, conseqüentemente, vistos como o resultado de antagonismos construídos com base em linhas de divisão ideológica, sejam elas étnicas, religiosas ou outras. É, por isso, mais apropriado falar de conflitos etnicizados e não étnicos. Ver Artens (no prelo) para uma abordagem pós-estruturalista dos conflitos étnicos nas teorias das relações internacionais.

[2] David Strang (1996) demonstra como durante a era imperialista a soberania externa foi retirada às entidades políticas não-Ocidentais com base na sua falta de capacidade e propriedade para terem acesso ao regime das nações civilizadas. Tal era frequentemente entendido como uma *missão civilizadora*, o fardo do Homem Branco das potências coloniais para 'desenvolverem' essas sociedades rumo a um patamar de possível autogovernança futura. Argumento que este viés neo imperialista e regime de exclusividade, após um curto período pós-colonial de desvio nas décadas de 50 e 70, continua até hoje, como ilustrado no princípio *uti possidetis* de declaração das fronteiras existentes – frequentemente delineadas por potências coloniais - como sacrossantas.

[3] A forma como a comunidade internacional lidou com o Kosovo foi usada *quid pro quo* pela Rússia como justificação para o seu reconhecimento da Abkhazia e a Ossétia do Sul em 2008.

Referências:

Artens, H. (no prelo), *Performing Ethnicity, Enacting Sovereignty: The Kurdistan Region of Iraq between Group Solidarity and De Facto State Building*. Universidade de Exeter

Brubaker, R. (2004), *Ethnicity without Groups*. Cambridge: Harvard University Press

Butler, J. (1999), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. 2nd ed., Londres: Routledge

Caspersen, N. (2012), *Unrecognised States: The Struggle for Sovereignty in the Modern International System*. Cambridge: Polity

Cox, R. (1981), "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory", *Millennium* 10 (2): pp. 126-55

Kaufman, C. (1996), "Intervention in Ethnic and Ideological Civil Wars: Why One Can Be Done and the Other Can't", *Security Studies* 6 (1): pp. 62-103

_____ (1998), "When All Else Fails: Separation as a Remedy for Ethnic Conflicts, Ethnic Partitions and Population Transfers in the Twentieth Century", *International Security* 23 (2): pp. 120-56

Kolstø, P. (2006), "The Sustainability and Future of Unrecognised Quasi-States", *Journal of Peace Research* 43 (6): pp. 723-40

Pegg, S. (1998), *International Society and the De Facto State*. Aldershot: Ashgate

Spivak, G. (1987), *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. Londres: Routledge

Strang, D. (1996), "Contested Sovereignty: The Social Construction of Colonial Imperialism", in T. Biersteker and C. Weber (eds.) *State Sovereignty as Social Construct*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 22-49

Tamás, G. (1996), "Ethnarchy and Ethno-Anarchism", *Social Research* 63 (1): pp. 147-90

Recensão

Caspersen, Nina (2012), *Unrecognised States*, Cambridge: Polity.

Inspirados pelo programa do *Royal Anthropological Institute* “Reviewer Meets Reviewed” (em português, “O Recensor encontra-se com o Autor”), pedimos à Nina Caspersen para responder à recensão que fizemos do seu novo livro: Caspersen, Nina (2012), *Unrecognised States*, Cambridge: Polity. Em meu nome e em nome da equipa editorial do P@x, agradecemos à Nina por ter gentilmente aceite a nossa solicitação. Os seus comentários incluem-se depois da recensão, em itálico.

Com um conjunto de artigos e livros nesta área, Nina Caspersen tem-se afirmado, na minha opinião, como uma das principais autoridades no que diz respeito às anomalias do sistema internacional referidas comumente como “Estados não reconhecidos” ou “Estados *de facto*” – a autora prefere sublinhar o que está em falta, enquanto que esta edição do P@x decidiu colocar ênfase nas propriedades atuais destas entidades. Para Caspersen, os critérios principais que definem um Estado *de facto* (p. 11) são: (1) a obtenção e garantia *de facto* da independência e do controlo efetivo da maioria do território; (2) a presença de processos contínuos de construção de instituições estatais acompanhados de esforços que visem aumentar a legitimidade interna e externa; (3) a declaração de independência formal ou pelo menos a manifestação clara de aspirações à independência; e (4) o não reconhecimento por parte de outros Estados, excetuando possivelmente Estados protetores e alguns Estados com menos poder no sistema internacional. Pode-se discutir estes critérios e em resultado disso debater quais casos podem ser Estados *de facto* ou não. Nesta edição do P@x, argumentamos, por exemplo, que apesar de o Kurdistão iraquiano ser tecnicamente uma região federal do Iraque, este território é um Estado *de facto*, uma vez que o seu estatuto atual e o impasse entre Erbil e Bagdad foi imposto e implementado por uma força de ocupação – com a retirada dos EUA, o Kurdistão iraquiano quererá, muito provavelmente, e de forma crescente esgueirar-se da alçada do Iraque federal. Do mesmo modo, sugerimos que o impasse israelita nas negociações com a Autoridade Palestiniana sobre o estatuto final, apesar de em princípio irem ao encontro de uma solução de dois Estados, condena a Autoridade Palestiniana a um estatuto de Estado *de facto* até o estatuto final estar terminantemente resolvido, razão pela qual incluímos os territórios palestinianos como um Estado *de facto* nos nossos estudos de caso. Excetuando este caso, os territórios palestinianos cumprem todos os critérios defendidos por Caspersen.

À parte das subtilezas da definição, *Unrecognized States* pode ser considerado um dos trabalhos seminais sobre Estados *de facto* porque combina o enfoque das relações externas, comum a abordagens anteriores a estes fenômenos, com perspectivas únicas e inovadoras que advêm das investigações anteriores da autora sobre grupos étnicos e coesão nacional, bem como sobre a chamada “dimensão intra grupos dos conflitos étnicos”. Este enfoque nas dinâmicas internas dentro dos Estados *de facto* permitem a Caspersen dar conta de várias concepções erróneas, representações equivocadas e simplificações. A autora contraria a percepção de que os Estados *de facto* são fontes de instabilidade regional argumentando de forma convincente que estes Estados geralmente não têm interesse na renovação das hostilidades – no fim de contas, estes beneficiam do atual impasse com o “Estado pai”; e não são meros fantoches de um Estado protetor, que busca mais poder. “A dependência externa é “um pau de dois bicos”, como se pode perceber no caso de Nagorno-Karabakh, onde “Karabakh usa a moeda arménia, os seus habitantes têm passaportes arménios, (...) a Arménia é o principal mercado dos produtos oriundos de Nagorno-Karabakh e constitui o seu único elo de ligação com o mundo”. Ainda assim quando o Presidente arménio Ter-Petrosyan se mostrou fraco na defesa de Karabakh foi substituído pelo anterior presidente de Nagorno Karabakh, Robert Kocharian – ou seja, a periferia tomou conta do centro” (pp. 56, 58).

O principal contributo teórico e empírico de Caspersen para o estudo dos Estados *de facto* é a sua análise das dinâmicas internas dentro dos Estados não reconhecidos. Muitas vezes retratados como “territórios anárquicos” ou “feudos étnicos de senhores da guerra”, a autora demonstra, recorrendo a vários exemplos – e contrariamente à literatura dominante neste campo – que as reformas políticas, um certo nível de democratização e até formas limitadas de pluralismo político são do interesse dos líderes dos Estados *de facto*.

“Estratégias de obtenção de reconhecimento são constantemente refinadas e renegociadas em virtude das mudanças das normas internacionais e da prática do reconhecimento, e, ao longo da última década temos assistido a uma transformação

gradual (...) que tem levado a declarações de criação de quase-Estados efetivos e democráticos. Através dessas afirmações, os líderes dos Estados não reconhecidos estão a tentar afastar-se de associações com marionetistas externos, economias informais e limpeza étnica” (pp.68-9)

Estes esforços de reforma, boa governação e construção sustentada do Estado não procuram apenas dar resposta a pressões da comunidade internacional, tendo, na verdade, também uma forte componente doméstica. A instabilidade política inerente ao não reconhecimento torna os Estados *de facto* extremamente vulneráveis não só a pressões externas, como a competição interna e frequentemente a um êxodo massivo de população. Reconhecendo que “os fatos demográficos de algumas destas entidades exigem que os líderes procurem construir alianças mais amplas de forma a demonstrar o apoio maioritário à sua causa” (p. 96), estes líderes visam controlar e canalizar este pluralismo emergente através de eleições quase-livres ou referendos públicos ou através da tentativa de compra do apoio popular por meio da disponibilização de serviços públicos generosos, pensões estatais, etc.. “Temos assistido conseqüentemente a um processo de transição gradual de regimes autoritários liderados por heróis de guerra para uma certa forma de proto-democracia” (p. 86).

Isto permite-nos, em primeiro lugar, concluir que para a sobrevivência de um Estado *de facto* a manutenção de legitimidade interna é tão importante quanto a obtenção da legitimidade externa – na verdade, “eles [os Estados *de facto*] (...) defendem (...) que têm todos os atributos necessários para serem considerados Estados *exceto* o reconhecimento internacional” (p. 83) vis-a-vis a comunidade internacional e a sua própria – mas também suscita questões interessantes sobre os Estados e a soberania em geral. Questões como por exemplo se a democratização pode ter lugar verdadeiramente sem uma soberania internacionalmente reconhecida. A literatura sobre democratização geralmente considera o reconhecimento como um pré-requisito, mas o estudo de Caspersen demonstra que o “não reconhecimento (não) constitui um obstáculo inultrapassável para a democratização – a democracia não precisa de soberania para existir – mas o processo difere de forma significativa do observado em Estados reconhecidos” (p. 99). Caspersen conclui que “os Estados não reconhecidos estão divididos entre a construção de um Estado forte e eficaz e a promoção de unidade, pluralidade e diversidade. As entidades oscilam entre estas diversas identidades e as diferentes pressões podem levá-los a simplesmente a imitar o reconhecimento do Estado (p. 89). Esta versão de Estado, contudo, “desafia de forma clara noções mais simples de soberania e a dicotomia que faz equivaler a soberania com ordem e a falta de soberania com desordem” (p. 119).

É através deste tipo de questões que Caspersen sobe as nossas expectativas acerca do seu objetivo de “repensar a soberania e o Estado” (capítulo 5). Este é precisamente o empreendimento que aqueles como nós que se pautam pela teoria crítica ou pós-estruturalista têm estado à espera, uma vez que, como defendo no meu próprio trabalho neste campo, os Estados *de facto* permitem por excelência expor a soberania enquanto construção sociopolítica e desconstruir a arbitrariedade do regime global de reconhecimento dos estados enquanto função do viés neoimperialista do sistema internacional. Contudo este tipo de iconoclastia não faz o estilo de Caspersen, o seu radicalismo não vai além da visão diferenciada de soberania de Stephen Krasner e da sua confiança na adaptabilidade do sistema internacional na acomodação dos desviantes. Suspeito que, pelos seus escritos, a autora vê genuinamente as RI como uma “teoria de resolução de problemas” – não no sentido humorístico de Cox – razão pela qual Caspersen pretende que a sua análise seja entendida como um “ponto de partida” para discussões que repensem as “concepções rígidas de soberania e integridade territorial que não têm produzido resultados” (p. 155). O que norteia a aspiração de repensar estas concepções é, contudo, o desejo de que o sistema funcione melhor, uma vez que a autora não chega a sugerir que o sistema é constituído e apenas pode funcionar através da manutenção das dicotomias que a própria Caspersen identifica. No melhor estilo da Resolução de Conflitos, Caspersen pede um maior envolvimento internacional com os Estados não reconhecidos e a ultrapassagem do impasse entre ‘o Estado separatista’ e o ‘Estado pai’ além da mera partilha de poder ou soluções autonómicas através, por exemplo, da “soberania evasiva” ou da oferta de “uma forma de semi-soberania” *a la*, por exemplo, “um país, dois sistemas”, o modelo proposto pela China para reintegrar Taiwan, i.e. “um Estado, mas duas (ou mais) soberanias” (p. 140).

Contudo, a precondição para qualquer tipo de envolvimento com estas entidades peculiares, designadas por Estados não reconhecidos ou Estados *de facto* é, na verdade, um melhor entendimento da sua natureza complexa, sua génese, suas dinâmicas internas, bem como a correção das simplificações pejorativas que rotulam estes territórios como “territórios anárquicos” e “feudos étnicos de senhores da guerra”. Apesar de estas Apesar de estes aspectos não figurarem na conclusão do livro – tida como lógica por alguns, enquanto que outros a vêem como demasiado radical – este tipo de análise constitui o mérito principal da análise vanguardista de Caspersen.

Hannes Artens

johannesartens@ces.uc.pt

ja280@exeter.ac.uk

Bolseiro doutoral Marie Curie, Centro de Estudos Sociais, Universidade Coimbra.
Doutorando e Professor Assistente, Universidade de Exeter



Em primeiro lugar, agradeço terem escolhido o meu livro e me darem oportunidade de responder a estes comentários positivos mas igualmente desafiadores.

Este livro é produto da minha curiosidade: como é que estes territórios anómalos, que não são reconhecidos como Estados independentes – apesar de muitas vezes se parecerem e se comportarem de fato como Estados – funcionam? Trata-se de Estados em tudo menos no nome ou de territórios anárquicos, como parece sugerir a imaginação popular? Em face destas questões, parti para uma análise profunda e abrangente dos Estados não reconhecidos, que incluiu o estudo aprofundado das suas dinâmicas internas.

O meu entendimento inicial era de que este tipo de análise, e a rejeição de mitos e ideias equivocadas que o acompanha, era crucial para encontrar soluções para conflitos prolongados que pairam sobre estes territórios contestados. Mas a análise de Estados não reconhecidos – que considero que é igualmente condicionada e possibilitada pela situação de não reconhecimento – também revela algo importante sobre o funcionamento do sistema internacional de Estados soberanos e sobre a forma como este sistema se reproduz.

A escolha do termo “Estados não reconhecidos” reflete, como o Hannes sugere, uma opção pelo enfoque sobre o que está em falta. Mas esta opção não significa que não estou interessada nas propriedades atuais destas entidades. Pelo contrário, o meu argumento é que a falta de reconhecimento, a ausência de soberania externa, constitui uma das características definidoras destas entidades. Esta ausência não torna o rótulo e a prática de Estado de facto impossível, mas significa que este terá de assumir uma forma específica. A ausência de reconhecimento não é apenas um inconveniente; é uma questão existencial para os Estados não reconhecidos e molda decisivamente o seu desenvolvimento.

Independentemente dos termos ou das definições escolhidas, existirão sempre casos limite. Poder-se-á dizer que isto é inerente ao fenómeno em si mesmo, uma vez que os Estados não reconhecidos são fenómenos transicionais, quase sempre em fluxo, e que o que é hoje um Estado não reconhecido, amanhã poderá não ser mais. Não obstante, admito que a falta de conhecimento pormenorizado possivelmente me levou a omitir casos que poderiam ter sido justificadamente incluídos, como por exemplo muito possivelmente o caso do Sul do Sudão antes da independência. Outros casos, contudo, foram omitidos de forma consciente, em resultado de não cumprirem os requisitos necessários e, por isso, não constituírem exemplos de tentativas de construção de Estados em situação de não reconhecimento. Incluem-se aqui os territórios palestinianos (uma vez que o seu controlo territorial depende ainda, em última análise, da “boa vontade” israelita) e o Kurdistão iraquiano (dado que existe um acordo federal com o centro, apesar de este provavelmente não durar muito). Estas avaliações podem obviamente ser objeto de debate e a decisão de incluir ou excluir casos específicos depende, em grande parte, da ênfase escolhida: dar ênfase, por exemplo, ao fato de estes territórios serem Estados de facto ou dar ênfase às suas aspirações de reconhecimento – ou de garantia de um lugar no sistema internacional de Estados soberanos? A análise de tais casos limite será sempre importante, uma vez que nos permitirá melhorar o conhecimento das formas multifacetadas através das quais os Estados e as soberanias funcionam na prática.

Apesar de o meu livro pretender repensar a soberania e o Estado, o seu “radicalismo” é limitado. Trata-se de um diagnóstico do problema mais do que uma prescrição e deixo a outros a tarefa de expor o “viés neo-imperialista do sistema

internacional". O Hannes está certo ao sublinhar que a minha área de trabalho é a dos estudos dos conflitos em vez da teoria crítica das Relações internacionais e que a parte mais prescritiva do livro se centra nas formas possíveis de abordar conflitos congelados associados aos Estados não reconhecidos. Através da análise dos custos associados ao não reconhecimento e às formas através das quais o sistema internacional de Estados soberanos se reproduz, o livro oferece uma perspectiva céptica sobre o argumento emergente de que estamos a assistir à criação de um novo sistema de soberanias indefinidas, mas, na verdade, é necessária mais investigação sobre estas questões e a minha esperança é a de que este livro seja um catalisador disto mesmo.

Nina Caspersen

nina.caspersen@york.ac.uk

Professora agregada de Política, Universidade de York

AFINIDADES ÉTNICAS E ESTADOS DE FACTO: O CASO DOS ARMÉNIOS DO NAGORNO-KARABAKH

Relações de afinidade e sobrevivência

A capacidade de Estados *de facto* não reconhecidos estabelecerem relações com comunidades com quem partilham afinidades étnicas é fundamental para o avanço da sua agenda nacional e internacional de sobrevivência e reconhecimento. Este artigo explora as ambiguidades nas relações entre as comunidades arménias no Nagorno-Karabakh e as diásporas étnicas com elas relacionadas, tanto na Arménia como no estrangeiro. Em casos como os do Kosovo/Albânia, Arménia/Karabakh ou Ossétia do Sul/Norte, onde a fragmentação de entidades políticas multiétnicas foi seguida de um processo de reagrupamento com base em diretivas mais primordialistas, incluindo afinidades étnicas (Grant, 1997; Brubaker, 1994), as designadas políticas de não-reconhecimento levadas a cabo pela comunidade internacional no período do pós Guerra Fria foram compensadas por imagens de solidariedade com base nas afinidades étnicas e a implementação de várias formas de assistência. Estes processos incluíram o desenvolvimento de uma narrativa comum de construção de uma nação (*nation-building*, em inglês), reforçando o apoio popular pela nação titular. Incluíram também o apoio pela construção de um Estado (*state-building*, em inglês), reforçando o controlo territorial e a consolidação institucional (Flikke, 2011: 43-50), apesar de, como refere Caspersen (2008), a comunidade internacional ter tido um papel central neste processo, ao promover uma política clara de “*standards antes de estatuto*” no caso do Kosovo (cf. Richter e Halbach, 2009).

As afinidades através de ligações a Estados protetores (*patron states*, em inglês) são importantes para a sobrevivência destas entidades numa base quotidiana, mas não ajudam a definir os resultados da sua luta. Efetivamente, Blakkisrud e Kolstø (2012) argumentam que a resiliência destas entidades se explica menos pelo objetivo último [de] uma condição ou estatuto de Estado independente ser visto apenas como trampolim para a unificação com [outra comunidade com]

afinidade étnica” e mais pelo apoio diário à sua existência. Isto é claramente ilustrado pelo caso arménio uma vez que, apesar das limitações claras da economia arménia, os seus líderes preferiram apoiar financeira e economicamente o Nagorno-Karabakh em vez de avançar com o reconhecimento político. Assim, as relações de afinidade podem ser simultaneamente um elemento sustentador e uma pressão adicional, como fica bem demonstrado na análise da triangulação das relações entre arménios, a diáspora e Karabakh.

Triangulação de relações: Arménia, Diásporas e Karabakh

A identidade arménia tem sido moldada por uma longa história de sobrevivência naquilo que é entendido como um contexto regional hostil. País cristão rodeado por vizinhos muçulmanos, a Arménia enclavada esteve presa entre impérios antigos com apetites expansionistas. As alianças políticas foram sempre percecionadas como uma forma de garantir proteção militar, como foi o caso da aliança com a Rússia, encarada como uma forma de proteger a Arménia do Império Otomano. A auto-percepção dos arménios, como um povo e nação perseguidos e confrontados com o extermínio, criou um laço forte entre as comunidades arménias espalhadas pelo mundo. Nesse sentido, as diásporas arménias representam uma dimensão crucial da política regional e internacional da Arménia (cf. Suny, 1993).

Este é também o caso relativamente à questão do Nagorno-Karabakh. As diásporas arménias têm sido também, desde o início, atores ativos na procura da autonomia de Karabakh relativamente ao Azerbaijão (de Waal, 2003: 206). A par da própria Arménia, os arménios da diáspora lutaram contra as forças do Azerbaijão durante a guerra separatista nos inícios da década de 90. As diásporas arménias também financiaram ativamente o desenvolvimento económico e social do Karabakh. As organizações da diáspora pagaram na totalidade a ligação rodoviária entre o Karabakh e a Arménia através do corredor de Lachin, um via vital para o Karabakh. Concluíram também a construção de um pequeno aeroporto

Estudos sobre
a P@X

em Stepanakert para facilitar o acesso à região.

Mas as relações entre as diásporas e os residentes na Arménia no que concerne o Karabakh são mais matizadas. As diásporas opuseram-se a uma política de concessões por parte dos líderes arménios nesta questão e usaram o seu poder político e financeiro sobre as estruturas estatais arménias para esse efeito. Aliaram-se inclusivamente com os líderes do Karabakh contra as decisões arménias de acomodar algumas das exigências do Azerbaijão relativamente ao conflito para responder à pressão da comunidade internacional. Em 1998, a questão Karabakh impôs-se nas eleições presidenciais arménias, tendo sido instrumental no derrube do Presidente Ter-Petrossian, visto como sendo demasiado condescendente com o Azerbaijão (Kolstø, 2006). O chamado clã Karabakh, liderado por Robert Kocharian, que foi o primeiro Presidente do Karabakh, tomou o poder na Arménia pós-independência, de modo a assegurar interesses do Karabakh na política arménia; uma tendência que continua até aos dias de hoje.



Parada militar em Stepanakert, em celebração do 20º aniversário da vitória na guerra de Nagorno-Karabakh, Maio de 2012. Fonte: Gabinete do Presidente da República de Nagorno-Karabakh

Assim, esperar-se-ia que a política arménia estivesse totalmente alinhada com a política de Karabakh. Existem, contudo, sinais de cansaço e novos desafios que poderão colocar ainda mais tensão nestas relações. Em primeiro lugar, a Arménia passou por algumas dificuldades económicas e políticas impostas pelo Azerbaijão e pela Turquia em resultado da guerra, especialmente através do encerramento das suas fronteiras. Tal reforçou a dependência de Yerevan face à Geórgia e ao Irão relativamente a rotas de comércio, aumentando os preços das suas importações e

exportações. Existem sinais visíveis de que uma nova geração de arménios, que não estiveram envolvidos na guerra, poderá estar a considerar que o preço a pagar pelo apoio a Karabakh é demasiado elevado e poderá por isso pressionar para uma nova estratégia de desvinculação. Tal pode também ser reforçado pelas percepções entre a oposição arménia de que muitas dos benefícios do poder foram efetivamente controlados pelas elites do Karabakh na Arménia. Contudo, como afirma Novikova (2012: 566), “a sociedade [Arménia] demonstrou coesão face a qualquer especulação sobre esta questão de alegada rendição do Karabakh”, sugerindo que esta questão poderá, por enquanto, estar fora de alcance enquanto disputa de campanha política.

As autoridades do Nagorno Karabakh nunca afirmaram explicitamente qual poderá ser o resultado final da sua luta pela secessão. Quando questionados, argumentam frequentemente que pode inclusivamente ser vantajoso para Karabakh reclamar total soberania, como o Kosovo, criando dois estados étnicos arménios com voto nos fóruns multilaterais internacionais. Apesar de este ser um projeto de longo-prazo e de a unificação com a Arménia ser a opção mais viável como alternativa à autonomia dentro do Azerbaijão, denota um sentimento crescente de ressentimento entre arménios e o Karabakh relativamente ao futuro. Após dez anos de poder do clã Karabakh, liderado primeiro por Robert Kocharian e agora pelo atual Presidente Serzh Sargsyan, os arménios poderão estar a procurar alternativas ao poder que não estejam ligadas a Karabakh, criando assim pressões adicionais. O papel que as diásporas poderão desempenhar neste jogo é algo que ainda está em aberto.

Licinia Simão

liciniasimao@ces.uc.pt

Investigadora, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Referências:

Blakkisrud, H. e P. Kolstø (2012), “Dynamics of De Facto Statehood: the South Caucasian De Facto States between Secession and Sovereignty”, *Southeast European and Black Sea Studies* 12 (2): pp- 281-98

Estudos sobre a P@X

Brubaker, R. (1994), "Nationhood and the National Question in the Soviet Union and Post-Soviet Eurasia: An Institutional Account", *Theory and Society* 23 (1): pp. 47-78

Caspersen, N. (2008), "Separatism and Democracy in South Caucasus", *Survival* 50 (4): pp. 113-36.

de Waal, T. (2003), *Black Garden: Armenia and Azerbaijan through Peace and War*. Nova Iorque: New York University Press.

Grant, T. (1997), "Between Diversity and Disorder: A Review of Jorri C. Duursma, Fragmentation and the International Relations of Micro-States: Self-Determination and Statehood", *American University International Law Review* 12 (4): pp. 629-86.

Kolstø, P. (2006), "The Sustainability and Future of Unrecognized Quasi-States", *Journal of Peace Research*, 43 (6): pp. 723-40.

Novikova, G. (2012), "The Nagorno Karabakh Conflict through the Prism of the Image of the Enemy", *Transition Studies Review* 18: pp. 550-69.

Richter, S. and U. Halbach (2009), "A Dangerous Precedent? The Political Implications of Kosovo's Independence on Ethnic Conflicts in South-Eastern Europe and the CIS", *Security and Human Rights* 3: pp. 223-37.

Suny, R. (1993). *Looking toward Ararat: Armenia in Modern History*. Bloomington: Indiana University Press.

**Estudos sobre
a P@X**

A POLÍTICA NUM ESTADO NÃO RECONHECIDO: O CASO DA ABCÁSIA

Os governos de tipo presidencial têm sido frequentemente considerados pouco adequados para estados multi-étnicos novos. Porém, a Abcásia tem resistido à tendência regional e pós-soviética instituindo um sistema multi-partidário competitivo, no qual os termos presidenciais são respeitados e os incumbentes perdem para os candidatos da oposição. Os sistemas presidenciais pós-soviéticos quase nunca têm feito uma separação de poderes significativa capaz de encorajar um governo limitado e, assim, proteger a liberdade; são antes altamente centralizados e fazem depender de aprovação presidencial todas as iniciativas importantes. Além disso, uma vez que apenas uma pessoa ou facção pode ganhar a posição de topo, a forma de governo presidencial, tal como praticada no espaço pós-soviético, tem frequentemente encorajado uma perspectiva de política com um resultado de soma-zero, tudo-ou-nada. É agora consensual que as democracias presidenciais poderão mais facilmente colapsar do que as democracias parlamentares (Cheibub, 2002). Dos nove Estados pós-soviéticos internacionalmente reconhecidos que adoptaram uma forma de governo presidencial, nenhum teve uma transição de poder pacífica do governo para a oposição ou respeitou os limites dos períodos de governação. Ao conduzir eleições genuinamente competitivas e imprevisíveis que facilitaram transferências de poder pacíficas do governo para a oposição na Abcásia, um Estado *de facto* reconhecido por apenas seis Estados-membros das Nações Unidas é uma exceção que merece uma análise mais detalhada.

As eleições presidenciais de 2004: o momento da consolidação democrática na Abcásia

Depois de ter travado uma guerra de independência bem sucedida contra as forças georgianas em Setembro de 1993, a primeira década de vida política a Abcásia foi dominada por Vladimir Ardzinba, um líder proeminente durante a luta pela liberdade, que foi eleito presidente por aprovação popular em 1994 e novamente em 1999. À medida que se aproximava do fim dos seus dois mandatos constitucionalmente permitidos escolheu um

sucessor que perservasse os interesses do círculo restrito de Ardzinba. O seu favorito era Raul Khadjimba, um antigo agente da KGB de 46 anos que tinha servido como vice-Primeiro-Ministro, vice-Ministro da Defesa, e chefe dos serviços secretos da Abcásia antes de ser indicado para Primeiro-ministro em Abril de 2003. Apesar disso, o eleitorado Abcaz, já ciente do autoritarismo de Ardzinba, estava pronto para a mudança e a posição de Khadjimba como herdeiro tinha alguns elementos que lhe davam fiabilidade. No entanto, ou talvez mais por isso, o apoio ostensivo da Rússia, bem como os sinais claros de que Khadjimba era o favorito do antigo KGB, Vladimir Putin, Sergei Bagapsh ganhou uma magra maioria de votos na primeira volta enquanto Khadjimba, com 35%, apareceu como segundo. Encorajado pelos seus apoiantes, Khadjimba contestou as eleições alegando fraude e, durante meses, o impasse correu o risco de se tornar violento. Nesta altura, o Kremlin soube influenciar o resultado ao ameaçar suspender o apoio à Abcásia no caso de Bagapsh ser eleito Presidente.

Porém, esta pressão externa mostrou-se contraproducente e os Abcazes não cederam. Muitos dos eleitores ficaram horrorizados com a tentativa tão transparente de Moscovo no sentido de influenciar a escolha do Presidente da Abcásia. A custo produziu-se uma resolução que prometeu uma nova eleição com Bagapsh e Khadjimba na corrida para Presidente e Vice-Presidente. Os resultados mostraram os limites da capacidade do Kremlin para dirigir a política na Abcásia e os russos mantiveram-se distantes durante as seguintes disputas presidenciais em 2009 e 2011, mostrando-se dispostos a cooperar com quem fosse escolhido pelo eleitorado Abcaz. A incapacidade do Kremlin para ditar a escolha presidencial na Abcásia é ainda mais surpreendente quando consideramos o nível elevado de influência que a Rússia exerce. A maioria dos Abcazes, por exemplo, aceitaram a cidadania russa como um meio de sair do isolamento internacional e beneficiar de subsídios como pensões.

**Estudos sobre
a P@X**

O resultado da guerra de 2008 entre a Rússia e a Geórgia deu às autoridades Abcazes garantias de segurança adicionais, uma vez que a possibilidade de um conflito militar renovado teria sido largamente eliminada do discurso político na Abcásia.

As eleições presidenciais de Dezembro de 2009, acontecendo apenas 16 meses depois do reconhecimento russo da Abcásia (ao qual se juntaram a Nicarágua em Setembro de 2008 e a Venezuela em Setembro de 2009) resultaram numa vitória fácil para Bagapsh. A sua morte inesperada em Maio de 2011, no entanto, deixou um vazio político sem nenhum sucessor óbvio.

As eleições presidenciais de 2011 e as eleições parlamentares de 2012

Três candidatos apresentaram-se para as eleições que visavam suceder a Bagapsh. O vice-presidente, Alexander Ankvab, o primeiro-ministro, Sergei Shamba, e o veterano eleitoral Raul Khadjimba que pensou que à terceira seria de vez. Cada candidato recebeu uma percentagem igual de *share* na televisão, e concordou publicamente em abdicar de campanhas negativas. Quando Sergei Shamba quebrou este acordo, as suas táticas revelaram-se contraproducentes e o resultado da eleição uma semana depois deu a Ankvab uma magra maioria (54.86%) com os restantes votos quase igualmente divididos entre Shamba (21.04%) e Khadjimba (19.83%).



Campanha para as eleições presidenciais, Abcásia, Agosto de 2011. Fonte: Donnacha Ó Beacháin e Karolina Stefańczak

As eleições mais recentes para os 35 lugares da assembleia nacional (Março 2012) confirmaram e reforçaram as tendências testemunhadas durante contestações parlamentares anteriores. A eleição foi muito competitiva com quatro ou mais candidatos a contestar a maioria dos

círculos eleitorais e, no final, muitos incumbentes foram destituídos.

A sub-representação étnica permanece uma questão-chave na política interna na Abcásia. Os assentos parlamentares são grandemente dominados pela etnia Abkhaz, apesar de eles constituírem apenas 50.7% da população cidadã (de acordo com o censo de 2011) da Abcásia. O presidente deve ser não só fluente em Abcaz, mas deve ser também a nacionalidade Abcaz. O medo da russificação e as incertezas demográficas garantirá que o domínio político dos Abkhaz permaneça uma questão sensível.

Conclusão

Apesar das condições relativamente inhóspitas – em termos de vizinhança política, falta de reconhecimento político do Estado, um legado de guerra e, até recentemente, uma ameaça de ataque militar – a política que tem sido desenvolvida na Abcásia contemporânea tem-se mostrado notavelmente resiliente e competitiva. As eleições presidenciais, bem como as legislativas são altamente contestadas e há um grande número de deputados para a Assembleia Nacional. Tem havido sugestões que algumas elites em Estados não reconhecidos *de facto* tentam facilitar a sua legitimidade internacional através da democratização, esperando „ganhar soberania“ através do bom comportamento e da adoção de normas internacionalmente aceites, mas o desejo de „impressionar o Ocidente“ não parece ser uma das prioridades Abcazes. Isto combinado com a existência de rivalidades genuínas e leis eleitorais que facilitam observadores partidários nas cabines de voto tem inibido o tipo de fraude eleitoral mais comum em muitas outras partes do mundo ex-Soviético.

Donnacha Ó Beacháin

donnacha.obeachain@dcu.ie

Professora de Relações Internacionais, Universidade de Dublin City

Karolina Ó Beacháin Stefańczak

k.stefanczak@gmail.com

Doutoranda, Universidade de Limerick

Estudos sobre a P@X

Referências:

Cheibub, J. (2002), “Presidentialism and Democratic Performance”, in A. Reynolds (ed.) *Constitutional Design*. Oxford: Oxford University Press: pp. 104 – 14

Ó Beacháin, D. (2012), “The Dynamics of Electoral Politics in Abkhazia”, *Communist and Post-Communist Studies*. 27 (3): pp. 165-174

O’Loughlin, J., V. Kolossov, e G. Toal (2010), “Inside Abkhazia: Survey of Attitudes in a De Facto State”, *Post-Soviet Affairs* 27 (1): pp. 1–35

**Estudos sobre
a P@X**

REGIÃO CURDA DO IRAQUE: CONFLITO ÉTNICO E A SOBREVIVÊNCIA DO REPUBLICANISMO DINÁSTICO NUM ESTADO DE FACTO

A Região Curda do Iraque (RCI) apresenta à Ciência Política e às Relações Internacionais um caso que tem gerado de forma contínua várias conceptualizações ao longo da sua trajetória, mas que ainda assim não obteve uma classificação satisfatória. Por exemplo, a RCI tem sido classificada como um semi-estado (Chorev, 2007), “Estado dentro de um Estado” (Kingston e Spears, 2004), um quase-Estado (Natali, 2010) e ainda um “Estado não-reconhecido reconhecido” (Harvey e Stansfield, 2011). Ao analisar as políticas externas de Estados ‘não-reconhecidos’, eu próprio excluía a RCI dessa categoria e inclui-lo-ia na da paradiplomacia de regiões federais (Owtram, 2011). Mais do que tentar resolver esta questão de classificação e aceitar hipoteticamente que a RCI pode ser classificada como um Estado *de facto* dentro de um quadro federativo do Iraque, esta contribuição, que tem por base cinco anos de experiência de vida e de trabalho na zona em questão, aplica a lente conceptual do “republicanismo dinástico” ao caso. O artigo desenvolve o argumento de que os conflitos sobre identidades étnicas podem ser usados por elites dinásticas para recuperar e apoiar a sua posição em situações de ameaça ou fragilidade. Isto é ilustrado através da análise dos eventos de Sulaimaniah e Kirkuk em Fevereiro e Março de 2011.

Curdistão do Iraque: republicanismo dinástico, *wasta*, e corrupção institucionalizada

Escrevendo antes da “Primavera do Médio Oriente”, Larbi Sadiki (2009) desenvolveu um quadro analítico importante do ‘republicanismo dinástico’. Referindo-se aos Estados da Tunísia, Egipto, Líbia e Síria, o autor percebeu como estas repúblicas putativas eram governadas por famílias que pareciam ter a intenção de educar os seus filhos ou os seus parentes mais próximos para lhes sucederem, oferecendo-os como candidatos às eleições. Na maior parte do Médio Oriente, o Estado é uma construção superficial imposta pelas potências ocidentais, sendo a lealdade e a confiança primeiramente dadas à família, tribo ou secto. As estruturas estatais são uma arena de competição que as redes competitivas de clientelismo tentam dominar.

Enquanto na Tunísia, Egipto e Líbia as dinastias de Ben Ali, Mubarak e Ghaddafi foram retiradas do poder pelos protestos, no RCI podemos ainda observar exemplos de republicanismo dinástico sem restrições. O filho do atual Presidente do RCI Masoud Barzani, Masrur, é o chefe dos Serviços de Segurança do Curdistão. O sobrinho de Masud Barzani, Nechervan Barzani, é o Vice-Presidente do Partido Democrático do Curdistão (KDP, na sigla inglesa) e foi Primeiro-ministro do Governo Regional do Curdistão (KRG, na sigla inglesa) em 2006 e novamente em 2012. O filho do líder da União Patriótica do Curdistão e atual Presidente do Iraque, Jalal Talabani, Qubad é o representante do KRG para os Estados Unidos. O seu irmão, Pavel, é chefe dos Serviços de Segurança na região de Sulaimaniah.

Para perceber o modo como o republicanismo dinástico opera no Curdistão do Iraque, temos de compreender o que foi denominado de “força escondida” da sociedade do Médio Oriente (Cunningham e Sarayah, 1993): o conceito de *wasta*. Ter *wasta* significa estar bem relacionado e ser capaz de usar esses contatos e relações para conseguir acesso a recursos úteis no Iraque, um dos países mais corruptos no mundo (Transparency International, 2012). Apesar de haver regulamentos e procedimentos oficiais, a lei não oficial de *wasta* é transversal a todos estes e, em quase todos os casos, sobrepõe-se a qualificações e capacidades. O KDP e o PUK, apesar de poderem ter sido diferentes na sua origem em termos de perspectiva ideológica, podem hoje ser vistos como redes de clientelismo competitivas que contam com as famílias Barzani e Talabani no seu topo. Um ponto-chave que emana do KDP e do PUK (União Patriótica do Curdistão) é que os Curdos devem permanecer unidos de forma a melhor garantir os seus interesses no Iraque federal, uma unidade que se fraturou à medida que as ondas da Primavera Árabe chegaram à região do Curdistão.

O desafio ao republicanismo dinástico no Curdistão do Iraque

Em Fevereiro de 2011, rebentaram manifestações em Sulaimaniah no que pode ser considerado o caso curdo da Primavera do

**Estudos sobre
a P@X**

Médio Oriente, refletindo manifestações que já tinham tido lugar em Bagdad, Basorá e outras partes do Iraque. De algum modo, o Iraque tinha uma forma de democracia que oferecia eleições livres e justas. O que estes manifestantes reivindicavam era que os seus representantes eleitos melhorassem a sua qualidade de vida em termos de serviços básicos, como eletricidade e água, e não tanto encherem os seus bolsos com as benesses dos cargos políticos. Em Sulaimaniah, a população descontente demonstrou sua ira na sede do KDP. Apedrejamentos e uma tentativa de invasão do prédio foram recebidas pelos guardas com armas de fogo, resultando na morte de alguns jovens (ver Artens, 2011). Em Erbil, o KDP estava determinado a não permitir que nada de semelhante acontecesse e foi incentivado um encerramento da cidade. Estas manifestações foram alimentadas pela percepção de que uma elite corrupta, consolidada, beneficiava grandemente dos faustos trazidos pelos cargos políticos, enquanto serviços básicos como eletricidade e água potável não eram fornecidos à população que estava excluída de obter esses benefícios por não ter bons relacionamentos.

QuickTime™ and a
dcompressor
are needed to see this picture.

Protestos estudantis contra o governo em Sulimaniyah, Curdistão iraquiano, Fevereiro de 2011. Fonte: *The New York Times*

A resposta do KRG foi parecida a outros governos do Médio Oriente: prometer reformas ao mesmo tempo que se reprimiam todos os dissidentes. Também é afirmado (Artens, 2011) que a decisão de Barzani de trazer a milícia Curda, os *peshmerga*, para a cidade contestada de Kirkuk no início de Março de 2011 foi um

exemplo de conflito divisionário, que visou apoiar a posição de Barzani e do KDP através de uma estratégia que reuniria elogios nacionalistas. Embora as tensões sobre Kirkuk sejam de longa data (ver Anderson, 2010), a afirmação de que há uma conexão entre a agitação no Sulaimaniah e a implantação de forças curdas em Kirkuk é extremamente plausível.

Conclusão

Este artigo aplicou o conceito de republicanismo dinástico ao RCI. Analisou um estudo de caso que ilustra que as tentativas das republicas dinásticas para se manterem no poder podem, sem dúvida, fazer uso de marcadores de identidade étnica em conflitos. Permanece ainda por saber se o estado *de facto* que é agora a região do Curdistão do Iraque continuará a ser uma forma de república dinástica ou se irá seguir o caminho da Tunísia, do Egito e Líbia.

Francis Owtram

f.owtram@exeter.ac.uk

Investigador honorário, Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos, Universidade de Exeter.

Referências:

Anderson, L. (2010), "Iraq's Kurdish Problem", *World Politics Review*, 4 Maio. Disponível em: <http://www.worldpoliticsreview.com/articles/print/5491>

Artens, H. (2011), "Kurdistan Protests Could Drive Iraq to the Brink", *World Politics Review*, 29 de Março. Disponível em: <http://www.worldpoliticsreview.com/articles/8340/kurdistan-protests-could-drive-iraq-to-the-brink>

Bahcheli, T., B. Bartman, and H. Srebnik, eds. (2004) *De Facto States: The Quest for Sovereignty*. London: Routledge.

Chorev, M. (2007), "Iraqi Kurdistan: the Internal Dynamics and Statecraft of a Semi-state", *The Fletcher School Online Journal for Issues Related to South West Asia and Islamic Civilization*. Disponível em: http://ui04e.moit.tufts.edu/al_nakhlah/archives/Fall2007/Matan_Chorev_AN.pdf

**Estudos sobre
a P@X**

Cunningham, R. and Y. Sarayah (1993), *Wasta: The Hidden Force of Middle Eastern Society*. Nova Iorque: Praegar.

Harvey, J. and G. Stansfield (2011), "Theorizing Unrecognized States: Sovereignty, Secessionism, and Political Economy", in N. Caspersen and G. Stansfield (eds.) *Unrecognized States in the International System*. Londres: Routledge, pp. 11-26.

Natali, D. (2010), *The Kurdish Quasi-State: Dependency and Development in Post Gulf War Iraq*. Syracuse: Syracuse University Press.

Owtram, F. (2011), "The Foreign Policies of Unrecognized States", in N. Caspersen and G. Stansfield (eds.) *Unrecognized States in the International System*. Londres: Routledge, pp. 128-43.

Pegg, D. (1998), *International Society and the De Facto State*. Aldershot: Ashgate.

Sadiki, L. (2009), "Like Father, Like Son: Dynastic Republicanism in the Middle East", *Carnegie Endowment for International Peace*. Disponível em: http://carnegieendowment.org/files/dynastic_republicanism.pdf

Transparency International (2012), *Corruption Perceptions Index*. Disponível em: <http://www.transparency.org/country#IRQ>

**Estudos sobre
a P@X**

EELAM DESMEMBRADO: TMVP E O DECLÍNIO DA TERRA PÁTRIA TAMIL NO SRI LANKA

A viagem rumo a um Estado Tamil independente (Eelam) no Nordeste do Sri Lanka começou com a Resolução Vaddukkodai de 1976. A terra pátria à qual aspiravam era imaginada naquele texto como um Estado livre, soberano, secular e socialista, providenciando, assim, os contornos ideológicos da luta armada travada pelos *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE) (Tigres de Libertação do Tamil Eelam, em português). O controlo territorial conseguido pela insurgência deu progressiva expressão geográfica à ideia abstrata do Eelam, por sua vez ajudada também pelo apoio tácito de Tamil Nadu na vizinha Índia, bem como pelo *lobby* e os financiamentos da diáspora Tamil por todo o mundo. Porém, em 2009, os LTTE foram militarmente derrotados, o que levou ao colapso do seu projeto de construção de um Estado, ainda que a deserção do seu comandante militar em 2004 e a formação do partido político decorrente das forças paramilitares *Tamil Makkal Viduthalai Pulikal* (TMVP) tenham contribuído de forma mais acentuada para esse processo de declínio. Apesar dos elevados níveis de institucionalização, a tipificação do espaço político constituído entre a Resolução Vaddukkodai e a derrota dos LTTE como um Estado *de facto* não é taxativa.

Se é verdade que no pico de poder dos LTTE, estes conseguiam reunir a sua própria receita, ter a sua polícia, oferecer serviços públicos e judiciais e criar bem como desenvolver iniciativas de desenvolvimento económico (Stokke, 2006); este não foi o caso durante todo o período (1986-2009) usado para catalogar o Tamil Eelam como um Estado não reconhecido (Caspersen, 2012). De fato, as primeiras experiências de *institution-building* (construção ou criação de instituições, em português) tais como o estabelecimento de força policial e a criação dos Códigos Civil e Penal do Tamil Eelam (Stokke, 2006) não começou antes do início dos anos de 1990. Tais esforços foram progressivamente estendidos até 2003, à medida que a expansão territorial do LTTE acontecia. Este período de tempo não refuta o fato de que estruturas semelhantes ao Estado fossem sendo construídas; mas aponta para ajustes necessários no argumento.

Do mesmo modo, podemos questionar se o LTTE chegou algum dia a controlar os dois terços do território reclamado que Caspersen (2006) identifica como sendo um critério para um Estado *de facto*. Estimativas apresentadas por Sarvananthan (2006) calcularam que o território dos LTTE no seu ponto máximo seria apenas de 44% do total de área física das províncias do Norte e do Leste (território reivindicado). Contudo, apesar de o período temporal e a duração de certos níveis de controlo ser importante, será talvez mais importante reconhecer que as reivindicações sobre a dimensão da área controlada são elas próprias espaço de contestação. Além disso, comentários ou leituras sobre a formação do Tamil Eelam tentam tanto validar os sucessos do LTTE como destruí-los baseando-se em avaliações das funções básicas atribuídas ao Estado (por exemplo, segurança, Estado Social, representação). Isto revela que além do controlo territorial, a capacidade executiva, assim como a legitimidade interna também são contestadas.

Caspersen (2006) argumenta corretamente que a falta de reconhecimento internacional resulta num tipo diferente de Estado. De fato, o caso específico do Tamil Eelam deve ser considerado distinto do projeto modernista dos direitos cívicos e políticos individuais, devendo antes ser visto como “um projeto revivalista que tenta estabelecer condições sociais pré-coloniais” (Fuglerud, 2009: 202), complicadas ainda mais pelo fato de num processo de construção do Estado dirigido pela insurgência, as distinções entre Estado, governo, poder judicial e militares não serem largamente aplicáveis.

Leituras convencionais sublinham as grandes operações militares do exército do Sri Lanka como o fator decisivo que levou ao fim da guerra civil naquela ilha. Eu defendo, no entanto, que não foram as batalhas militares que destruíram o projeto de construção de Estado do LTTE, mas sim a deserção de Karunae a subsequente formação do TMVP. Na verdade, em Março de 2004 o então comandante da LTTE, Coronel Karuna Amman, anunciou publicamente a sua deserção, levando com ele milhares de quadros que estavam sob o seu comando.

**Estudos sobre
a P@X**

Estudos sobre a P@X

De um dia para o outro, o LTTE perdeu quatro elementos-chave da sustentabilidade de um Estado *de facto*: o monopólio da violência; 40% do seu poder humano; perto de metade do território que estava nas suas mãos; controlo sobre a informação, uma vez que a deserção de Karuna se materializou no maior esvaziamento de informação confidencial na história da insurgência.

Com base nas diferenças sociohistóricas entre Tamils do Norte e do Leste, Karuna defendeu que os líderes do Norte do LTTE monopolizavam as posições mais elevadas, negligenciando a província de Leste, por um lado, e retendo a maior parte da riqueza, por outro; enquanto os guerreiros do Leste faziam os maiores sacrifícios. Esta astuta intervenção discursiva igualando dinâmicas internas do grupo armado com características externas da sociedade que a circundava, permitiram a Karuna desafiar a unidade política e cultural da esperada cidadania do Tamil Eelam; simultaneamente questionando a autoridade dos LTTE, o corpo governativo antecipado. Com a subsequente formação do TMVP por Karuna, a crítica inicial às práticas do LTTE foi então levadas ao nível seguinte oferecendo uma alternativa política que se apresentava como representando os interesses da comunidade Tamil de Leste.

De uma maneira semelhante, a ideia do Tamil Eelam foi também lentamente desmantelada. Inicialmente o conceito foi fraturado pela introdução da nova noção de *South Eelam* (que corresponde à província de Leste), produzindo correspondência geográfica com as distinções políticas e culturais. Tal como a demissão de Karuna e a formação do TMVP não eram já compatíveis com a luta por uma terra pátria separada, a ênfase mudou de um apagado E de Eelam (inicialmente o acrónimo do movimento era TEMVP) para o M de Makkal (povo), des-territorializando a luta Tamil e desmascarando a sua teleologia, a ideia da terra pátria em si mesma. Nesse sentido, o TMVP inclinou o equilíbrio para o projeto do governo de construção de um Estado do Sri Lanka unido.

Podemos concluir que falar de um Estado *de facto* nos territórios antes controlados pelos LTTE apenas faz sentido se essa construção é feita e apresentada como um espaço político,

fluido, contestado e inacabado. Tendo dito isto, uma crítica dessa noção não deve levar a imaginar esses espaços como “territórios sem governo”, vazios de autoridade e, portanto - tal como é comumente assumido -, paraísos para atividades criminosas. Pelo contrário, no caso de Tamil Eelam os sujeitos eram governados duas vezes, havendo menos espaço para dissidência e desordem.

Com a demissão de Karuna e a formação de TMVP, Tamil Eelam foi literalmente desmembrado quando os executores de um Estado-a-ser-construído e uma larga percentagem dos potenciais cidadãos renunciaram à filiação naquele projeto. Estava geograficamente desmembrado, uma vez que o seu território tinha sido dividido em dois; e estava conceitualmente desmembrado, já que a identidade imaginada foi destruída e a liderança desacreditada.

Ariel Sánchez Meertens

A.Sanchez-Meertens@ulster.ac.uk

A.Sanchez@uu.nl

Bolseiro Marie Curie, Universidade de Ulster. Doutorando, Universidade de Utrecht.

Referências:

- Caspersen, N. (2012), *Unrecognized States: The Struggle for Sovereignty in the Modern International System*. Cambridge: Polity Press
- Fuglerud, Ø. (2009), “Fractured Sovereignty: The LTTE’s State-Building in an Interconnected World”, in C. Brun and T. Jazeel (eds) *Spatialising Politics. Culture and Geography in Postcolonial Sri Lanka*. London: Sage Publications, pp. 194-215
- Sarvananthan, M. (2007), “In Pursuit of a Mythical State of Tamil Eelam: a Rejoinder to Kristian Stokke”, *Third World Quarterly* 28 (6): pp. 1185-95.
- Stanislowski, B. (2008), “Para-States, Quasi-States, and Black Spots: Perhaps Not States, but Not “Ungoverned Territories” Either”, *International Studies Review* 10: pp. 366–96.
- Stokke, K. (2006), “Building the Tamil Eelam State: Emerging State Institutions and Forms of Governance in LTTE-controlled Areas in Sri Lanka”, *Third World Quarterly* 27 (6): pp. 1021-40.

A “VIOLABILIDADE” DAS FRONTEIRAS INTERNACIONAIS: AMEAÇA OU OPORTUNIDADE PARA A PAZ NOS BALCÃS?

Apesar de o estatuto político final do Kosovo estar muito dependente da vontade da Sérvia e do Kosovo, a comunidade internacional terá um papel chave no resultado final, qualquer que ele seja. Por um lado, a independência do Kosovo não está ainda completa uma vez que não foi reconhecida por toda a comunidade internacional. Por outro lado, a independência é fortemente apoiada por atores internacionais de peso que geralmente se opõem a secessão territorial de Estados *de facto*. O objetivo deste artigo é fazer um breve balanço do atual estatuto internacional do Kosovo, enfatizando os obstáculos existentes a um resultado final, e demonstrar como a insistência em princípios como a inviolabilidade de fronteiras internacionais pode contribuir para congelar conflitos e impedir alternativas viáveis.

As aspirações kosovares a um novo estatuto político no seio da federação jugoslava existentes desde o início dos anos 80 sofreram um duro golpe com a retirada de grande parte da autonomia da região em 1989. Uma estratégia de longo prazo de resistência não-violenta face a Belgrado por parte da elite política kosovar pode ter ajudado, numa primeira fase, a evitar a eclosão da guerra (Mertus, 2009); simultaneamente, contudo, foram criadas instituições paralelas na região, transformando o Kosovo num Estado *de facto* no qual Belgrado, o governante *de jure*, tinha pouca ou mesmo nenhuma presença efectiva. Todavia a escalada de violência entre kosovares albaneses e sérvios no final dos anos 90 levou a uma retaliação em larga escala por parte do exército jugoslavo contra a população albanesa local e à campanha de bombardeamentos da NATO contra a Sérvia em 1999, depois de várias tentativas falhadas de obtenção da paz na região mediadas pela comunidade internacional.

A intervenção internacional e a subsequente instituição de uma administração internacional no Kosovo sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) constituiu uma mudança substancial no *status quo* local. Apesar disso, esta alteração dificilmente pode ser definida como um ponto de viragem em direção a uma solução definitiva; pese embora tenha reafirmado

a integridade territorial da Jugoslávia, a presença internacional no Kosovo, na verdade, alimentou a irreversibilidade das posições polarizadas das partes (Yannis, 2009): a Sérvia recusou qualquer tipo de secessão do seu território enquanto que o Kosovo declarou que não aceitaria nada menos que a independência total. Assim, depois de ser um Estado *de facto*, funcionando de forma separada do Estado de origem, o Kosovo ficou sob uma espécie de regime de tutela sob a égide da ONU, sem que o seu estatuto político final fosse explicitamente resolvido ou planeado.

O primeiro projeto de roteiro para uma solução final para o Kosovo (com o objetivo de preparar a sua independência política) foi elaborado no Plano Ahtisaari de 2007. Contudo, e apesar do apoio dos Estados ocidentais (Ker-Lindsay, 2011), não foi adotado pelo Conselho de Segurança. Este revés levou Pristina a declarar unilateralmente a independência em 2008, tendo sido reconhecida até ao momento por cerca de 90 Estados membros da ONU. Mas este registo não é suficiente para que o novo Estado se torne um membro soberano pleno da comunidade internacional (Berg, 2009): a Sérvia não reconhece a independência do Kosovo, considerando-a uma violação da sua integridade territorial. Entretanto, o governo sérvio tem mantido continuamente o apoio político à população sérvia residente no norte do Kosovo, em Mitroviça, que tem resistido com sucesso à presença das missões da ONU e da União Europeia (UE), para além das próprias instituições kosovares.

QuickTime™ and a
decompressor
are needed to see this picture.

Confrontos violentos entre forças da ONU e protestantes kosovares sérvios, Mitrovica, Março de 2008. Fonte: Reuters

Dois eventos significativos no início de 2012 podem abrir caminho a novos desenvolvimentos no Kosovo. O primeiro diz respeito ao momento da assinatura de um importante acordo entre a

**Estudos sobre
a P@X**

Sérvia e o Kosovo, que contou com a mediação da UE, e que permite ao Kosovo estar representado e participar de forma plena nos fóruns regionais sob a denominação “República do Kosovo”, junto a um asterisco com o seguinte texto: “Esta designação não prejudica as posições sobre o estatuto do Kosovo e está em consonância com a resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a parecer do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) sobre a declaração de independência do Kosovo”. Este “Acordo de Nota de Rodapé” também abre caminho à adesão da Sérvia à UE, como recompensa pela sua flexibilidade no que diz respeito ao Kosovo, evitando simultaneamente a questão do reconhecimento formal da independência do Kosovo. O segundo evento foi o referendo que teve lugar no norte do Kosovo, onde a população sérvia local rejeitou de forma massiva as instituições kosovares. Apesar de não reconhecida pela ONU nem mesmo apoiada pela Sérvia (Mús, 2012), esta consulta popular demonstrou que, apesar da insistência geral na integridade territorial do Kosovo, as vozes da população sobre o seu próprio estatuto não podem ser ignoradas.

Esta rejeição das instituições kosovares demonstra ainda que tem de ser encontrado um equilíbrio entre os princípios da auto-determinação dos povos e da integridade territorial dos Estados. Por conseguinte, a questão da secessão enquanto forma de auto-determinação pode ser lidada de duas formas diferentes: ou o Kosovo enquanto *território* tem direito a exercer a sua auto-determinação como um todo ou a *população* kosovar tem o direito a exercer a sua auto-determinação. A insistência na integridade territorial por parte dos principais atores internacionais (ICG, 2012a) pode ser um obstáculo para um Kosovo inteiramente independente e das vontades expressas da população do norte do Kosovo. Pese embora a oposição alargada à redefinição de fronteiras internacionais e a insistência na singularidade do caso do Kosovo, alguma flexibilidade no que concerne a revisão das fronteiras pode não constituir necessariamente um precedente perigoso, desde que as partes envolvidas assim acordem; na verdade, os plebiscitos populares em áreas fronteiriças foram bastante comuns na Europa Central depois da primeira Guerra mundial, por exemplo.

A existência de diferenças étnicas não conduz inevitavelmente a conflitos inter-étnicos. Pelo contrário, a colaboração entre Albaneses e Sérvios tem resultado em algumas zonas do Kosovo (ICG, 2012b), o que demonstra que compromissos multiétnicos são necessários e possíveis em áreas mistas. Todavia, a insistência em manter a população sérvia do norte do Kosovo contra a sua vontade no seio de um Kosovo independente parece negar a “secessão como uma solução corretiva”, que tem sido um dos eixos principais dos argumentos daqueles que defendem a singularidade do caso do Kosovo. O estatuto final do Kosovo está dependente de forma direta desta questão que pode mesmo ser uma oportunidade para as duas partes negociarem. Uma vez que uma solução plenamente satisfatória tanto para a Sérvia como para o Kosovo parece pouco provável e dado que num determinado momento as duas partes terão de ceder nas suas posições, encontrar uma solução realista para o norte do Kosovo dependerá de passos mais pragmáticos, na senda do “Acordo de Nota de rodapé”, capazes de preparar o terreno para compromissos futuros.

Pascoal Santos Pereira

pascoalpereira@ces.uc.pt
pascoal-pereira@hotmail.com

Doutorando, Centro de Estudos Sociais
 Universidade de Coimbra

Referências:

Berg, E. (2009), “Re-examining Sovereignty Claims in Changing Territorialities: Reflections from “Kosovo syndrome”, *Geopolitics* 14, pp. 219-34.

International Crisis Group (2012a), “Kosovo and Serbia: A Little Goodwill Could Go a Long Way,” *Europe Report* 215, disponível em: <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/europe/balkan/kosovo/215%20Kosovo%20and%20Serbia%20A%20Little%20Goodwill%20Could%20Go%20a%20Long%20Way.pdf>

International Crisis Group (2012b), “North Kosovo: Dual Sovereignty in Practice”, *Europe Report* 211.

Estudos sobre a P@X

Ker-Lindsay, J. (2011), "Not such a 'Sui Generis' Case after all: Assessing the ICJ Opinion on Kosovo", *Nationalities Papers* 39(1), pp. 1-11.

Mús, J. (2012), "A Rebellious Referendum in Kosovo: Who Should Fear It and Why", *Transconflict*, 15 Fevereiro, disponível em: <http://www.transconflict.com/2012/02/a-rebellious-referendum-in-kosovo-who-should-fear-it-and-why-152/>

Mertus, J. (2009), "Operation Allied Force: Handmaiden of Independent Kosovo", *International Affairs* 85(3), pp. 461-76.

Yannis, A. (2009), "The Politics and Geopolitics of the Status of Kosovo: the Circle is Never Round", *Southeast European and Black Sea Studies* 9(1-2), pp. 161

**Estudos sobre
a P@X**

A NAÇÃO EM COLAPSO ENQUANTO SE CONSTRÓI UM ESTADO DE FACTO: A GLOBALIZAÇÃO DO ESTADO PALESTINIANO

A indigitação em 2007 do antigo economista do Fundo Monetário Internacional Salam Fayyad para o cargo de Primeiro-ministro da Autoridade Palestiniana (AP) tem sido percebida por alguns decisores políticos e comentadores como um sinal de uma nova era na busca palestina pela independência *de jure*. O termo “Fayyadismo”, cunhado pelo jornalista Thomas Friedman, descreve uma nova estratégia para o “estabelecimento de um aparelho de Estado *de facto* ao longo dos próximos dois anos” (Asali, 2009), tal como foi definido no plano de 2009 da AP, “Palestina: Pondo fim à Ocupação, Estabelecendo o Estado”. Em termos gerais, a abordagem do gabinete de Fayyad assentou na construção de uma base administrativa para o Estado que inevitavelmente levaria a um reconhecimento diplomático. O presidente norte-americano Barak Obama (2009, citado em Ziadah, 2010) apoiou o plano: “Agora é o momento para os palestinianos se centrarem no que podem construir, [a AP deve] desenvolver a sua capacidade de governar com instituições capazes de servir as necessidades das pessoas.” Os princípios nucleares do Estado deveriam ser a segurança robusta, a boa governação e oportunidades económicas.

O Fayyadismo é baseado na agenda neoliberal de construção do Estado que tem sido priorizada na última década por decisores políticos, doadores internacionais e académicos desde que foi considerado que o Consenso de Washington por si só não seria uma solução eficaz para os problemas que assolam os Estados frágeis. O modelo de Estado nuclear exportado é definido pelo monopólio do uso da força legítima, a existência de uma burocracia funcional, a capacidade estatal de prestação de serviços à população e relações robustas da sociedade (Wennmann, 2010). Ao contrário da história de *state-building* (construção do Estado, em português) com um pendor mais diretamente intervencionista, na abordagem endógena os fundos dos doadores e outros incentivos permanecem centrais para a estratégia. Contudo esta abordagem tem sido objeto de várias críticas e ceticismo. No contexto palestino, críticas específicas ao *state-building* têm sido expressas, entre elas as que caracterizam a construção estatal como o “des-desenvolvimento da economia palestina” (Roy, 2007),

A o “apartheid viável” (entrevista com Halper, *apud* Barat, 2012), a “*Bantustanização*” (Farsakh, 2005), e uma perda de poder da parte palestina (Leech, 2012). As políticas de construção estatal da Autoridade Palestiniana aceleraram a dependência de doadores externos, foram incapazes de travar a colonização continuada israelita, ignoraram a política de fechamento israelita - expansão de colonatos e bloqueio a Gaza - e foram securitizadas em função de exigências israelitas (Turner, 2011). Leech (2012) também contesta a originalidade do Fayyadismo e defende que os constrangimentos da Autoridade Palestiniana não evoluíram desde a era de Arafat. A agência palestina é fundada nos mesmos determinantes básicos dos anos 90 e o Fayyadismo não fez nada para desafiar esta situação.

QuickTime™ and a
screen reader
are needed to see this picture.

Marchas de protesto palestinianas contra o muro israelita na Cisjordânia, Março de 2010. Fonte: AFP/Getty Images

Quando a formação de um Estado palestino é considerada no enquadramento analítico da descolonização, é evidente que as falhas do Fayyadismo não são meros progressos relativamente às da era de Arafat, como sugere Leech (*ibid.*). Também contribuem para uma correlação negativa que tem caracterizado a formação do Estado desde a primeira tentativa e 1948 da parte do Governo Toda-Palestina (APG, na sigla inglesa). Desde então, como o movimento nacional palestino aspirava ao reconhecimento dos Estados soberanos e instituições internacionais, a formação do Estado palestino tornou-se crescentemente globalizada. Tal não conduziu a auto-determinação da nação palestina como era desejado; em lugar disso, este enfoque no reconhecimento externo tem sido feito às custas do *nation-building* (construção da nação) internamente. A globalização tem abstraído o discurso descolonizador, que tem estado no cerne de alguns dos mais bem sucedidos

Estudos sobre
a P@X

movimentos de libertação nacional contra forças de ocupação externa. Em parte, isto deve-se ao fato de a construção do Estado ser continuamente percebida e justificada pela comunidade internacional como uma medida de resolução de conflitos, sendo impulsionada por uma agenda de “parceiros pela paz” em vez de pautada pelos direitos nacionais dos palestinos e pelo Direito Internacional (Turner, 2011).

Para Frantz Fanon (1963), reclamar uma identidade negada é a primeira etapa da descolonização. Se a formação do Estado é o produto almejado pela auto-determinação palestina, o *nation-building* deve ser prioritário relativamente ao atual enfoque no *state-building*. O *nation-building*, por oposição ao *state-building*, fomenta um maior sentimento de pertença à nação visando ultrapassar divisões étnicas, sectárias ou comunais; e combater fontes alternativas de identidade e lealdade (OECD, 2008). Tal priorização, com o *Nakba* (catástrofe palestina) como a pedra angular da memória coletiva e identidade e o seu legado no centro da agenda de *nation-building*, poderia inaugurar o fim da marginalização dos refugiados e dos cidadãos palestinos em Israel, e também reduzir também as divisões políticas e de classe que a agenda de *state-building* aprofundou.

Tendo em vista ilustrar melhor o meu argumento, e seguindo o modelo das três etapas de *state-building* descrito por Falah e Newman (1996), identifiquei abaixo, na tabela, as quatro etapas da luta palestina.

Etapas da luta nacional palestina

| Etapa | Situação do Estado | Realidade <i>De Facto</i> | Ator externo | Auto-determinação e construção da nação |
|--|---|--|--|---|
| Pós-mandato: 1948-1979 | APG opera há mais de 10 anos em Gaza, reclama jurisdição sobre a totalidade do território histórico palestino | A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Médio Oriente (UNRWA, na sigla inglesa) administra a Faixa de Gaza; 1959, APG encerrada pelo Egito; 1967, Israel ocupa todo o território histórico palestino | Jordânia, Egito, Liga Árabe | Impulso inicial |
| Organização para a Libertação da Palestina (PLO, na sigla inglesa): 1974-1988 | O programa do PLO apela à criação de um Estado bi-nacional | Ocupação militar israelita; Organização para a Libertação da Palestina no exílio | Isolamento, alguns Estados árabes | Nacionalista |
| Processo de Oslo: 1988-1996 | Criação da Autoridade Palestina; Palestinos exercem alguns direitos básicos, como por exemplo votar | Marginalização da maioria dos Palestinos; manutenção da ocupação da Cisjordânia e de Gaza; divisão em TRÊS áreas com controlo administrativo mínimo por parte da Autoridade Palestina | Globalizado; Noruega, EUA, Liga Árabe têm um papel chave | Direitos nacionais comprometidos |
| Autoridade Palestina: 1996-Presente | Autoridade Palestina fortemente financiada, ONGização | Apartheid, encerramento e bloqueio sobre Gaza, expansão dos colonatos | Competitiva, espaço privatizado | Movimento nacional dividido e enfraquecido, crescimento do Islão político |

*Dados de Falah and Newman, 1996; Shlaim, 1990; Sayigh, 1997; e Roy, 2007

Estudos sobre a P@X

A tabela demonstra de forma clara a existência de uma correlação negativa entre a globalização do discurso do Estado palestino e a eficácia da construção da nação. Em conclusão, defendo que na Palestina a auto-determinação está a ser trocada por uma agenda liberal de construção do Estado assente em burocracia, encontros com potenciais doadores e construção de instituições, liderada por uma elite afável de Washington, que busca novas fontes de rendimentos. Sob ocupação israelita, virtualmente sem nenhuma territorialidade, o não-Estado Palestino tornou-se uma entidade globalizada privatizada; um Estado *de facto* sob as restrições e sanções temporais da comunidade internacional.

Victoria Araj

V.Araj@bradford.ac.uk

Bolseira Marie Curie, Universidade de Sabanci. Doutoranda da Universidade de Bradford.

Referências:

- Asali, Z. (2009), "Fayyad's Statehood Plan", *Al Arabiya News*, 10 de Setembro, disponível em <http://english.alarabiya.net/views/2009/09/10/84540.html>
- Barat, F. (2012), "We've Gone Way beyond Apartheid", entrevista com o ativista pela paz Jeff Halper, *Al Jazeera English*, 2 de Maio, disponível em http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/04/201242812444582_1996.html
- Falah, G. and D. Newman (1996), "State Formation and the Geography of Palestinian Self-Determination", *Tijdschrift voor economische en sociale geografie* 87: pp. 60-72.
- Fanon, F. (1963), *The Wretched of the Earth*. Nova Iorque: Grove Press.
- Farsakh, L (2005), "Independence, Cantons, or Bantustans: Whither the Palestinian State?", *Middle East Journal*, 59 (2): pp. 230-45.
- Leech, P. (2012), "Re-reading the Myth of Fayyadism: A Critical Analysis of the Palestinian Authority's Reform and Statebuilding Agenda, 2008-2011", *Research Paper of the Arab Center for Research and Policy Studies*, disponível em <http://english.dohainstitute.org/release/5e707b38-fab4-4e34-8ed7-cd92efdf3c5e>
- OECD (2008), "Concepts and Dilemmas of State Building in Fragile Situations: From Fragility to Resilience", *OECD/DAC Discussion Paper*, disponível em <http://www.oecd.org/development/conflictandfragility/41100930.pdf>
- Palestinian Authority (2009), *Palestine: Ending the Occupation, Establishing the State*, Program of the Thirteenth Government Policy Paper.
- Roy, S. (2007), *Failing Peace*. Londres: Pluto Press.
- Sayigh, Y. (1997), *The Palestinian National Movement 1949-1993*. Oxford: Clarendon Press.
- Shlaim, A. (1990), "The Rise and Fall of the All-Palestine Government in Gaza", *Journal of Palestine Studies* 20 (1): pp. 37-53.
- Turner, M. (2011), "Creating 'Partners for Peace: The Palestinian Authority and the International Statebuilding Agenda", *Journal of Intervention and Statebuilding* 5 (1): pp. 1-21.
- Wennmann, A. (2011), *The Political Economy of Peacemaking*. Londres: Routledge.
- Ziadah, R. (2010), "What Kind of Palestinian State in 2011? Neoliberalism and World Bank Dictats", *Global Research.ca*, disponível em <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=18638>

REVISITAR O BIAFRA: RECONHECIMENTO DO ESTADO, RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E APROPRIAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA NIGÉRIA DO PÓS-GUERRA CIVIL

As tensões entre Igbo do Sudeste da Nigéria e o Governo Militar Federal (GMF) do General Yakubu Gowon que abalou a Nigéria do pós-independência foram largamente moldadas por narrativas construídas de medo e dominação por parte de elites étnicas dispostas a ganhar o poder ou influenciar uma mudança de regime. Além disso, essas mesmas tensões coincidiram com um período em que a base dos rendimentos da Nigéria se mudavam para a exploração, produção e exportação de petróleo. Ross (2003) defende que “o esforço dos Igbo em separar-se da Nigéria, que levou à guerra civil entre 1967-1970 resultou em larga medida das tensões étnicas e do passado colonial da Nigéria; mas a rebelião foi encorajada pela presença de petróleo e pela crença de que a independência seria economicamente benéfica para o povo Igbo”. Esta afirmação poderá não ser infundada na medida em que o governo do Biafra procurou, durante a guerra, recolher dividendos das empresas multinacionais do petróleo, tendo frequentemente ocupado plataformas de produção de petróleo.

A persistência das perseguições aos Igbo no norte do país, e os esforços do Governo Militar Federal (GMF) em criar mais Estados federais para negar/contrariar os poderes dos governadores regionais, levaram o Tenente Coronel Odumegwu Ojukwu, governador da Província do Leste, a declarar o Estado Soberano do Biafra a 30 de Maio de 1967. A declaração de secessão foi rejeitada pelo GMF e a maioria das grandes potências recusaram reconhecer oficialmente a soberania do Biafra. Ainda que, em teoria, esta tentativa de secessão tenha sido baseada no princípio da autodeterminação dos povos, a construção da narrativa que levou à guerra do Biafra foi claramente estimulada pelas elites. Okonta e Meagher (2009) referem que “na década de 60, o Biafra foi em grande medida um produto das elites políticas”. A política de quem controlava o poder estatal alimentou as fraturas nas elites do poder na Nigéria que, por sua vez, levaram ao golpe militar e à guerra civil.

Reconhecimento do Estado: Aferindo uma resposta Global para o Biafra

O conflito que se seguiu à secessão do Biafra criou uma plataforma para que atores políticos internacionais demonstrassem e perseguissem um claro auto-interesse na situação. O Biafra procurou ativamente o apoio e simpatia das grandes potências. Coggins (2006) sublinha que as interações estratégicas entre as grandes potências ajudam a explicar o reconhecimento de Estados secessionistas. Essa interação estratégica é contextual, mas reflete frequentemente a ordem global dominante e as alianças do Estado *de jure*.

Durante a guerra civil Nigeriana, as grandes potências como a Grã-Bretanha e a União Soviética apoiavam o GMF através de armamento e apoio técnico. A França, ainda que defendendo a resolução pacífica do conflito, garantia apoio tácito ao GMF, ao mesmo tempo que fornecia apoio ao Biafra por intermédio das suas antigas colónias.

Enquanto o governo do Biafra se mostrava bem preparado para governar a região como estado federal do Leste da Nigéria, os atributos da governação tais como a garantia de serviços e bens públicos e a distribuição de recursos estavam já incorporados nas agências especializadas colocadas sob controlo do território do Biafra durante a guerra. O Estado do Biafra tinha um sistema judiciário e uma força policial estabelecidos bem como um exército, elemento fundamental para a sua causa. As instituições de educação e os serviços de saúde no território funcionaram até a guerra civil obrigar à sua suspensão. Apesar de disporem dessa capacidade, os atores internacionais não consideraram como opção garantir apoio aberto à independência do Estado do Biafra.

A resposta unilateral dos atores estatais internacionais no sentido de corresponder às exigências do GMF e negligenciar os efeitos da guerra na população civil na região leste levou a uma crise humanitária que resultou na morte de cerca de 500.000 pessoas (Bamisiaye, 1974).

**Estudos sobre
a P@X**

Tal levou ao surgimento de agências humanitárias não-estatais tais como a Cruz Vermelha como grupos de interesse ativos no conflito. À medida que se confrontava com a escassez de divisas estrangeiras, o governo do Biafra procurava usar criativamente a participação das agências humanitárias a seu favor. Ojukwu sugeriu que estas agências deveriam comprar a moeda do Biafra com moeda estrangeira e usar a moeda do Biafra para administrar os serviços de ajuda na região. Apesar de estas tentativas terem falhado, demonstraram como os serviços desses atores não estatais poderiam servir como linhas de sobrevivência para os atores em conflito.

Conclusão: a forma como um conflito termina importa

Saber se o caso do Biafra é uma tentativa falhada de transformação de um Estado *de facto* num Estado *de jure* por parte de elites que procuram beneficiar-se a si próprias ou uma tentativa falhada de autodeterminação de um grupo oprimido é um assunto que permanece discutível. Contudo, a forma como uma guerra civil como a do Biafra é resolvida poderá servir como precursor de como o poder estatal é apropriado numa nação pós-guerra civil. Com o colapso do Biafra em Janeiro de 1970, as causas imediatas da guerra foram resolvidas a favor da Nigéria, mas as implicações destas questões persistiram, à medida que as causas do conflito foram sendo reapropriadas desde a década de 1990 como símbolos de uma política subalterna (Nixon 1972; Okonta e Meagher, 2009). Teria sido mais viável para os atores estatais internacionais contribuir para uma plataforma que permitisse às partes beligerantes chegar a uma solução amigável para a crise, mas ao perseguirem os seus próprios interesses através do apoio ao GMF, estes atores apoiaram a prevalência da violência que afetou os civis mais pobres e desarmados num conflito largamente liderado pelas elites. A queda do Biafra foi o triunfo da violência, à medida que através de bloqueios económicos e geográficos contra o Biafra, o governo Nigeriano limitava os seus recursos obtendo também mais armamento e apoio dos seus parceiros externos para perpetuar o conflito (Ukoha, 2009). A utilização destas armas contra a população do Biafra e a crise alimentar na região levaram o Biafra

a cair de novo nas mãos das tropas federais e ao fim do conflito.

Nesse sentido, pode dizer-se que o triunfo da violência na tentativa de secessão do Leste da Nigéria através da proclamação de um Estado *de facto* foi um precursor da continuada apropriação da violência para qualquer causa por parte dos diferentes grupos, sejam eles insurgentes (crise do Delta do Níger), ou responsáveis por violência étnica, política ou religiosa no Norte da Nigéria. Esta violência está enraizada no falhanço de um Estado *de jure* em servir de plataforma de reconciliação de tensões centrífugas e centrípetas que caracterizam Estados etnicamente diversos, mas que serve antes de plataforma de perpetuação de interesses próprios, criando um vazio de liderança nacional que continua a assombrar a Nigéria até hoje.

Tarila Marclint Ebiede

Marclint@gmail.com

Bolsreira doutoral Marie Curie, Universidade de Leuven

Referências:

- Ake, C. (1996), *Democracy and Development in Africa*. Washington: Brookings Institution
- Bamisaie, A. (1974), "The Nigerian Civil War in the International Press", *Transitions* 4: pp. 30-5
- Caspersen, N. (2011), "Democracy, Nationalism and (Lack of) Sovereignty: The Complex Dynamics of Democratization in Unrecognized States", *Nations and Nationalism* 17 (2): pp 337-56
- Coggins, B. (2006), *Secession, Recognition and the International Politics of Statehood*, tese de doutoramento não publicada, Universidade de Ohio State
- Englebert, P. and R. Hummel (2005), "Let's Stick Together: Understanding Africa's Secessionist Deficit", *African Affairs* 104: pp 399-427
- Etzioni, A. (1992), "The Evils of Self Determination", *Foreign Policy* 89: pp. 21-35
- Holder, C. (2004), "Self Determination as a Basic Human Right: The Draft UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples", in A. Eisenberg and

**Estudos sobre
a P@X**

**Estudos sobre
a P@X**

in A. Eisenberg and J. Spinner-Halev (eds.) *Minorities within Minorities: Equality, Rights and Diversity*. Cambridge: Cambridge University Press, pp 294-316

Nixon, C. (1972), "Self Determination: The Nigeria/Biafra Case", *World Politics* 24 (4): pp. 473-97

Okonta, I and K. Meagher (2009), "Legacies of Biafra: Violence, Identity and Citizenship in Nigeria", *Africa Development* 34 (1): pp. 1-7

Ross, M. (2003), *Nigeria's Oil Sector and the Poor*, Paper escrito para o Departamento para o Desenvolvimento do Reino Unido, Programa "Nigeria: Drivers of Change". Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/ross/NigeriaOil.pdf>

Ukiwo, U. (2009), "Violence, Identity Mobilization and the Reimagining of Biafra", *Africa Development* 34 (1): pp. 9-30

No sótão dos Estudos para a Paz

PublicaçõesEP

Barrinha, André (2012), “Equilíbrios precários: A Turquia e o conflito sírio”, *Público*, 4/08/12

Freire, Maria Raquel (2012), “Eurasia at the crossroads: the role of resident actors and external players in post-Soviet history”, in Stoica Lascu (org.), *Eurasian History: Contributions to the History, Culture, and Civilization*. Constanza, Roménia: Ovidius University Press.

Freire, Maria Raquel (2012), “Políticas de Vizinhança: A Parceria Estratégica EU-Ucrânia”, in Dubovyk, Volodymyr e Rodrigues, Luis Nuno (org.) *Integração Europeia e Processos de Transformação Interna: Perspectivas Ucrainianas e a Experiência Portuguesa*. Kyiv: International Renaissance Foundation.

Freire, Maria Raquel (2012), “Russia at the borders of Central Europe: changing dynamics in foreign policy relations”, in Drulák, Petr and Šabic, Zlatko (org.) *Central Europe in Regional and Global Politics*. Basingstoke: Palgrave, 2012.

Freire, Maria Raquel (2012), “Tempo de balanço: as presidências de Barack Obama e Dmitry Medvedev”, *Relações Internacionais*, n.34, 2012, 61-72.

Pureza, José M.; Roque, Sílvia; Cardoso, Katia (2012), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra: CES/Almedina.

Simão, Licínia (2012), “Central Asia in Russian and US foreign policy: between continuity and ‘reset’” in M.R.Freire e R.E.Kanet (eds.) *Russia and Its Near Neighbors: Identity, Interests and Foreign Policy*. Basingstoke: Palgrave, 152-173.

Simão, Licínia (2012), “EU-Russia Security Relations: Lessons from the South Caucasus”, in R.E.Kanet e M.R.Freire (eds) *Russia, the European Union, and the Areas in Between*. Dordrech: Republic of Letters, 157-177.

Simão, Licínia (2012), “The European Union between enlargement and the neighborhood: Cases from the Western Balkans and the South Caucasus” (com S. Rodrigues), *Revista Brasileira de Política Internacional*, 55 (1): 49-65.

SETEMBRO

Licinia Simão é, desde 1 de Setembro de 2012, **Professora Auxiliar em Relações Internacionais**, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Licinia Simão apresentou a comunicação “**EU perceptions of Russian and Turkish policies in the overlapping neighbourhoods**” (com Vanda Dias) e “**The EU and Conflict Resolution: Changes after the Lisbon Treaty**”, 42ª Conferência Anual da UACES, Passau, Alemanha, 3-5 Setembro.

Katia Cardoso esteve em **trabalho de campo em Cabo Verde**, no âmbito da sua tese de doutoramento sobre o papel dos Deportados na Violência Juvenil em Cabo Verde, de Agosto a Setembro de 2012.

André Barrinha apresentou a comunicação “**Progressive Realism and the EU Ethics of Military Intervention**”, UACES Conference, Universidade de Passau, Alemanha, 3-5 de Setembro.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**New regionalism and global constitutionalism: allies, not rivals**”, 5th Biennial Conference da European Society of International Law, Valência, Espanha, 14 de Setembro.

Teresa Cravo apresentou a comunicação “**Rule of Law in Post-conflict Contexts**”, Workshop “Company Law and Tax Law in the Post-Global Financial Crisis Era”, Monash University Prato Centre, Prato, 24 de Setembro de 2012.

AGOSTO

José Manuel Pureza deu uma palestra no âmbito da III UNAOC Summer School “**Bridging Hearts, Opening Minds and Doing Things Together**”, organizada pela Aliança das Civilizações: “*Cultural violence, tolerance and peace*”, Coimbra, 7 de Agosto.

JULHO

Fran Espinoza foi entrevistado sobre *Bolivia: A propósito del TIPNIS*, Summer School "Mobilizing Ethnicity - Competing Identity Politics in the Americas: Past and Present", 27 de Junho-6 de Julho, Universidade de Bielefeld, Alemanha. Disponível em http://www.uni-bielefeld.de/cias/summerschool/media_praxis.html

Licinia Simão foi **Visiting Fellow** no Centro de Estudos Europeus, Universidade de Carleton, Otava, Canadá, Julho e Agosto de 2012.

Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes e António Leitão, membros da equipa de investigação do projecto FCT "Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor Leste e a contribuição de Portugal", foram **observadores eleitorais nas eleições legislativas de 7 de Julho de 2012 em Timor-Leste**, acreditados pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), Timor-Leste.

Sofia José Santos apresentou a comunicação "**Mulheres, Paz e Segurança: A Resolução 1325 do CSNU em Portugal**", Colóquio "Estudos Feministas: o Futuro do Passado", Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 6 de Julho.

Rita Santos apresentou a comunicação "**As mulheres e os movimentos pró e anti microdesarmamento: 'notícias de uma guerra particular'**", Colóquio Estudos Feministas: o Futuro do Passado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 6 de Julho.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação "**Humanitarianism, development and security: (un)clarifying the links?**", no IPSA's XXIIInd World Congress of Political Science, Madrid, Espanha, 8-12 de Julho.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "**Normatividade e poder. O Direito Internacional contemporâneo face aos desafios do pensamento pós-positivista em Relações Internacionais**", Jornadas de Verão de Direito Internacional Público e Direitos Humanos, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 11 a 12 de Julho.

Licinia Simão apresentou a comunicação "**European Integration in Post-Soviet Eurasia: A Contribution to Regional Stability?**", *Brown Bag Lunch*, Centre for European Studies, EU Centre of Excellence, Universidade de Carleton, Otava, Canadá, 18 de Julho.